

IX ENCONTRO DO INSTITUTO ADOLFO LUTZ I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE VIGILÂNCIA E RESPOSTA RÁPIDA

P-019-22 OCORRÊNCIA DE PARTÍCULAS MAGNÉTICAS EM AMOSTRAS DE AÇÚCAR

Autores: Prado SPT (Centro de Laboratório Regional – Instituto Adolfo Lutz de Ribeirão Preto/SP, Rua Minas, 877, Ribeirão Preto, SP) ; Stancari RCA (Centro de Laboratório Regional – Instituto Adolfo Lutz de Bauru/SP.) ; Mazon EMA (Centro de Laboratório Regional – Instituto Adolfo Lutz de Campinas/SP.) ; Martini MH (Centro de Laboratório Regional – Instituto Adolfo Lutz de Campinas/SP.)

Resumo

Este trabalho apresenta os resultados referentes às análises microscópicas para identificação de partículas magnéticas presentes em açúcar cristal comercializado nas regiões de Ribeirão Preto, Bauru e Campinas, SP. Estas análises foram decorrentes de diversos questionamentos recebidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) relacionados à denúncias de consumidores sobre a contaminação de açúcar com fragmentos metálicos. A ANVISA através da REALI (Rede de Alerta e Comunicação de Riscos em Alimentos) nº 17/2011 solicitou a todos os Grupos de Vigilâncias Sanitárias ações de fiscalização e coleta de açúcar nas usinas de suas áreas geográficas. Foram analisadas nos Centros de Laboratórios Regional de Ribeirão Preto, Bauru e Campinas, 18, 6 e 17 amostras de açúcar, respectivamente, durante o segundo semestre de 2011. As metodologias para detecção das partículas magnéticas foram a de espalhamento da amostra (procedimento macroanalítico) e por dissolução da amostra (procedimento microanalítico) preconizadas pelo FDA Technical Bulletin nº 5, 1984 e AOAC, 2005. As amostras foram avaliadas segundo as legislações em vigor. Do total de amostras, 41,5% continham partículas magnéticas de até 4,5 mm de comprimento. Partículas magnéticas presentes no açúcar são provenientes de partes metálicas de equipamentos de processo, as quais, além de indicar falhas nas boas práticas, representam potenciais riscos à saúde por dilaceração, perfuração e possível infecção secundária no trato digestivo como registrado na literatura com relação à objetos rígidos e/ou cortantes com dimensões acima de 7 mm. Partículas menores que 7 mm representam possível risco para crianças e idosos, exigindo medidas corretivas na produção do alimento. A ausência de dados na literatura e de uma legislação que defina padrões de referência e contemple limites para a presença e tamanhos destas partículas, caracteriza uma lacuna de estudos nessa área sendo necessário maior entrosamento entre indústria, comunidade científica e órgãos reguladores para garantir alimentos seguros para os consumidores.